



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO: K - 5º ANDAR - SALA 579 - CEP: 70040-906 - BRASÍLIA - DF

PARECER n. 00597/2025/CONJUR-MGI/CGU/AGU

NUP: 10199.015895/2024-46

INTERESSADOS: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - TRE

ASSUNTOS: AUXÍLIO-TRANSPORTE^[1]

Ementa: Administrativo. Auxílio-Transporte. Fato gerador: deslocamento físico do servidor por um dos meios de transporte previstos no art. 1º acima citado. Desconto dos dias de dispensa ou folga em decorrência da prestação de serviços à Justiça Eleitoral, nos termos do art. 95 da Lei 9.504/97. Segundo o §3º do art. 1º da Resolução nº 22.747, de 27 de março de 2008, do TSE, é preciso que a parcela decorra da relação de trabalho para ser considerada *vantagem*, o que não é o caso do auxílio-transporte. **Conclusão:** considerando que o marco normativo pertinente ao auxílio-transporte define que seu fato gerador é o efetivo deslocamento físico do servidor até o local de trabalho, por um dos meios de transporte previsto no art. 1º da MP nº 2.165-36/2001, entende-se que a verba indenizatória em questão não é devida nos dias de gozo da dispensa ou da chamada folga eleitoral, prevista no art. 98 da Lei 9.507/1997.

Sr. Coordenador-Geral,

1. RELATÓRIO

1. Trata-se de consulta formulada pela Diretoria de Benefícios, Previdência e Atenção à Saúde da Secretaria de Relações de Trabalho acerca da possibilidade de desconto dos valores de auxílio-transporte relativos aos dias em que o servidor estiver em dispensa do serviço em decorrência da prestação de serviços à Justiça Eleitoral.

2. Na origem, a questão foi suscitada pela Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Serviços Compartilhados (DGP/SSC), nos termos do Ofício SEI nº 23574/2025/MGI (SEI 48651730), apresentando as dúvidas a serem dirimidas pelo Órgão Central do Sipec. Observe-se:

(...)

8. Desse modo, em face da competência da Secretaria de Relações de Trabalho, conforme inciso IV do artigo 36 do Anexo I, do Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024, visando à uniformização do entendimento expressado nesta Nota Técnica, solicitamos manifestação quanto aos seguintes questionamentos:

- a) O auxílio-transporte deve ser descontado quando o servidor se afastar, em dobro, em decorrência da prestação de serviço à justiça eleitoral?
- b) Se o auxílio não for devido, está correta a fórmula de cálculo do afastamento de código 0055 - ELEICONSER - Eleitoral Convocação Servidores - Lei 9.504 /1997, ou deve ser corrigida para "SIM?" (Ofício SEI nº 23574/2025/MGI - SEI 8651730).

3. Submetido o assunto à Diretoria de Benefícios, Previdência e Atenção à Saúde, esta se manifestou por meio da Nota Técnica SEI nº 7942/2025/MGI (SEI 48785702), sustentando que “*no usufruto dos dias de dispensa ao serviço em comento, não há deslocamentos do servidor de sua residência para os locais de trabalho e vice-versa, tampouco tal dispensa consta expressamente do rol de exceções do art. 4º da Medida Provisória nº 2.165-36, de 2001*”. Para melhor compreensão do tema, seguem abaixo trechos da referida nota técnica:

(...)

11. Vale esclarecer a dispensa de serviço é um direito decorrente do exercício do serviço eleitoral, com ele não se confunde, portanto. O **serviço eleitoral** prefere a qualquer outro, **é obrigatório** e não interrompe o interstício de promoção dos servidores, consoante o art. 365 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

12. Por outro lado, a **dispensa de serviço** decorrente do serviço prestado à justiça eleitoral (direito de a pessoa afastar-se do serviço pelo dobro do número de dias de prestação de serviço eleitoral), a qual é objeto da presente consulta, **não se confunde com o dia de prestação do serviço**. Assim, a princípio, a **dispensa de serviço** não poderia ser considerada como serviço obrigatório para fins de pagamento do auxílio-transporte, na forma do art. 4º da Medida Provisória nº 2.165-36, de 2001, além do fato de não haver deslocamento que justifique a manutenção do auxílio-transporte durante seu usufruto.

13. Ademais, faz-se necessário mencionar que a Instrução Normativa SRT/MGI nº 71, de 19 de fevereiro de 2025 <<https://legis.sigepe.gov.br/legis/detalhar/24547>>, que estabelece orientações quanto ao pagamento de auxílio-transporte ao servidor e ao empregado público da Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações, nos deslocamentos de sua residência para os locais de trabalho e vice-versa, define que:

*Art. 2º O auxílio-transporte, pago pela União em pecúnia, possui natureza jurídica indenizatória, **destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelo servidor ou empregado público da Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações, nos deslocamentos de sua residência para o local de trabalho e vice-versa.***

(...)

Art. 6º É vedado o pagamento de auxílio-transporte:

I - nos casos em que o servidor não realizar o deslocamento de sua residência para os locais de trabalho e vice-versa;

II - quando utilizado veículo próprio ou qualquer outro meio de transporte que não se enquadre na disposição contida no art. 2º, § 1º, inciso I;

III - para os deslocamentos em intervalos para repouso ou alimentação, durante a jornada de trabalho;

IV - para os deslocamentos durante a jornada de trabalho, em razão do serviço;

V - ao servidor ou empregado público que faça jus à gratuidade prevista no art. 230, §2º, da Constituição Federal de 1988; e

VI - nos deslocamentos entre residência e local de trabalho e vice-versa, quando utilizado serviço de transporte regular rodoviário seletivo ou especial. (Grifos nossos)

14. A Instrução Normativa explicita que, quando não há deslocamentos, é vedado o pagamento do auxílio ao servidor. Nesse sentido, entende-se que a vedação do caput do art. 6º se estenderia ao caso em tela, em que, de fato, não haverá deslocamentos e, consequentemente, não há despesas a serem indenizadas.

15. Não obstante o disposto na legislação e nas orientações do órgão central do Sipep acima transcritos, há que se ponderar que os textos do art. 98 da Lei nº 9.504, de 1997, e do § 3º do art. 1º da Resolução TSE nº 22.747, de 2008, geram dúvida quanto à possibilidade de pagamento do auxílio-transporte durante a dispensa por serviços prestados à justiça eleitoral, razão pela qual entende-se necessário solicitar análise jurídica da matéria à Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (Conjur/MGI).

CONCLUSÃO

16. Diante do exposto, tem-se que, no usufruto dos dias de dispensa ao serviço em comento, não há deslocamentos do servidor de sua residência para os locais de trabalho e vice-versa, tampouco tal dispensa consta expressamente do rol de exceções do art. 4º da Medida Provisória nº 2.165-36, de 2001.

17. Não obstante, tendo em vista que o art. 98 da Lei nº 9.504, de 1997, bem como o § 3º do art. 1º da Resolução TSE nº 22.747, de 2008, dão margem para chegar a conclusão contrária, sugere-se encaminhar os autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (Conjur/MGI), a fim de proceder à análise jurídica do referido dispositivo legal, especificamente quanto à possibilidade de continuidade do pagamento do auxílio-transporte durante o usufruto dos dias de dispensa ao serviço pelo dobro de dias de prestação de serviços à justiça eleitoral.

4. É o relato do essencial.

2. ANÁLISE

5. Trata-se de consulta a respeito da legalidade da percepção de auxílio-transporte relativamente aos dias de *dispensa* ou *licença* (ou simplesmente *folga*) eleitoral por ter o servidor prestado serviços à Justiça Eleitoral, nos termos do art. 98 da Lei 9.504, de 1997, abaixo:

Art. 98. Os eleitores nomeados para compor as Mesas Receptoras ou Juntas Eleitorais e os requisitados para auxiliar seus trabalhos serão dispensados do serviço, mediante declaração expedida pela Justiça Eleitoral, **sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação.**

6. No âmbito do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), editou-se a Resolução nº 22.747, de 27 de março de 2008, que aprova instruções para aplicação do artigo 98 da Lei nº 9.504/1997 e dispõe sobre a dispensa do serviço pelo dobro dos dias prestados à Justiça Eleitoral, nos eventos relacionados à realização das eleições. Seu art. 1º, § 3º, assim prevê:

Resolução nº 22.747, de 27 de março de 2008:

Art. 1º Os eleitores nomeados para compor Mesas Receptoras ou Juntas Eleitorais e os requisitados para auxiliar seus trabalhos serão dispensados do serviço, mediante declaração expedida pela Justiça Eleitoral, **sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação.** (Art. 98 da Lei nº 9.504, de 30.09.1997).

(...)

§ 3º **Compreendem-se como vantagens, para efeitos de aplicação deste artigo, todas as parcelas de natureza remuneratória, ou não, que decorram da relação de trabalho.**

7. A definição de vantagens como sendo "*todas as parcelas de natureza remuneratória, ou não*" até poderia sugerir que o auxílio-transporte estaria abrangido no conceito, todavia, o dispositivo traz outro elemento condicional que distingue determinada parcela como *vantagem*, a saber: é preciso que ela decorra da **relação de trabalho**.

8. No caso, é elementar que o auxílio-transporte não decorre da relação laboral em si, mas do deslocamento do servidor entre sua residência e o local de trabalho, conforme disposto na Medida Provisória nº 2.165-36/2001 ("*Institui o Auxílio-Transporte, dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores do Poder Executivo Federal, inclusive de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, e dá outras providências*"), vejamos:

MP nº 2.165-36/2001:

Art. 1º Fica instituído o Auxílio-Transporte em pecúnia, pago pela União, de **natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte** coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, **nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa**, excetuadas aquelas realizadas nos deslocamentos em intervalos para repouso ou alimentação, durante a jornada de trabalho, e aquelas efetuadas com transportes seletivos ou especiais.

9. Como se vê, a verba em questão destina-se a ressarcir, isto é, a indenizar o servidor pelas despesas que realiza, dia a dia, para se transportar ao respectivo órgão/unidade administrativa. **Seu fato gerador, portanto, consiste no deslocamento físico por um dos meios de transporte previsto no art. 1º acima citado.**

10. Seguindo essa premissa, a Instrução Normativa SRT/MGI nº 71, de 19 de fevereiro de 2025 ("*Estabelece orientações quanto ao pagamento de auxílio-transporte ao servidor e ao empregado público da Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações, nos deslocamentos de sua residência para os locais de trabalho e vice-versa*"), clarificou o alcance da regra fixada em lei, dispondo que é vedado o pagamento de auxílio-transporte "*nos casos em que o servidor não realizar o deslocamento de sua residência para os locais de trabalho e vice-versa*" (art. 6º, inciso I).

11. Assim, de tudo quanto asseverado, sobretudo da legislação ora colacionada, é possível extrair o seguinte com relação ao auxílio-transporte:

- possui natureza jurídica indenizatória, devendo ser pago em pecúnia;
- destina-se ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual;
- abrange os deslocamentos das residências dos agentes que especifica até os locais de trabalho e vice-versa, não englobando as despesas realizadas nos deslocamentos em intervalos para repouso ou alimentação, durante a jornada de trabalho;
- não se estende às despesas efetuadas com transportes seletivos ou especiais.

12. Nesse contexto, não existe respaldo legal para o pagamento da mencionada verba indenizatória nos dias em que o servidor estiver em usufruto da dispensa prevista no art. 98 da Lei 9.504/97, já que nesses dias não há deslocamento,

tampouco gasto com transporte. Eventual interpretação no sentido de admitir o pagamento da parcela quando inexistente o efetivo deslocamento seria *contra legem*, por desvirtuar o caráter indenizatório do benefício, previsto nas normas legais e infralegais acima citadas.

13. Corroborando a tese ora sustentada, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao debater a percepção do auxílio-alimentação (de caráter também indenizatório) na constância de licenças relativas ao direito eleitoral, manifestou o seguinte entendimento:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. AFASTAMENTO PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO. **VANTAGENS SALARIAIS DE CARÁTER INDENIZATÓRIA E TRANSITÓRIA. SUPRESSÃO. POSSIBILIDADE.** PRECEDENTES. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de recurso em mandado de segurança interposto [...] contra acórdão do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão que está assim ementado (fls. 81-83):

'MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. AFASTAMENTO PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO. VANTAGENS SALARIAIS DE CARÁTER INDENIZATÓRIO E TRANSITÓRIO. EFETIVO EXERCÍCIO DO CARGO. SUPRESSÃO. POSSIBILIDADE. DENEGAÇÃO.

1. No afastamento de servidor público para concorrer a cargo eletivo, excluem-se do seu salário as vantagens de caráter indenizatório e transitório, cuja natureza exige o efetivo exercício e o cumprimento de requisitos específicos. 2. A Lei Complementar n. 64/1990 refere-se a afastamento para concorrer a cargo eletivo com vencimento integral, excluindo-se, entretanto, as gratificações de natureza propter laborem. 3. Segurança denegada.' (...)

É o relatório.

Passo a decidir.

(...)

O Tribunal estadual denegou a segurança ao fundamento de que **as vantagens que foram suprimidas da remuneração da impetrante - Gratificação de Controle Externo - GCE, auxílio-alimentação e auxílio-transporte - por possuírem natureza transitória e indenizatória**, pois só compõem a remuneração quando o servidor estiver em efetivo exercício e determinados certos requisitos estabelecidos em Lei.

Com efeito, o acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência desta Corte Superior no mesmo sentido de que durante o período de afastamento para concorrer a cargo eletivo, os servidores públicos não têm direito ao recebimento de gratificações de natureza propter laborem que, por serem devidas apenas ao servidor que efetivamente presta a atividade pertinente ao cargo ou prevista na lei, não se enquadram no conceito de vencimentos integrais previsto na Lei Complementar n. 64/1990 (c.f.: REsp 714.843/MG, 6.^a Turma, Rel.^a Min.^a Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 19/10/2009), vez que gratificação propter laborem só é devida enquanto o servidor estiver exercendo a atividade que a enseja (c.f.: RMS 20.682/BA, 5.^a Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJ de 10/9/2007).

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso em mandado de segurança, com fundamento no artigo 557, caput, do CPC." (RMS 44.206/MA, Rel. Min. Benedito Gonçalves, decisão de 16/11/2016)

14. Dentro dessa ótica, o Conselho Nacional de Justiça regulamentou o auxílio-transporte e, especificamente quanto aos dias de gozo das dispensas concedidas em razão da prestação de serviço eleitoral, vedou de forma expressa a concessão do benefício, conforme previsto na Instrução Normativa nº 47, de 19 de novembro de 2018, *in verbis*:

Instrução Normativa nº 47, de 19 de novembro de 2018, do CNJ:

Art. 5º O servidor **não** fará jus ao auxílio-transporte nas seguintes hipóteses:

(...)

XV – em gozo de dispensas concedidas em razão da **prestação de serviço eleitoral**;

15. Observa-se, ainda, que a Resolução nº 22.697/2008, do próprio Tribunal Superior Eleitoral, determina o desconto do auxílio-transporte relativo aos dias úteis não trabalhados em razão de ausências e afastamentos considerados por lei como de efetivo exercício, senão vejamos:

Resolução TSE nº 22.697/2008:

(...)

DOS DESCONTOS

Art. 10. O auxílio-transporte **não será concedido** nas férias e **nas ausências e afastamentos, ainda que considerados em lei como de efetivo exercício**, salvo nas seguintes hipóteses:

I – participação em programa de treinamento regularmente instituído;

II – comparecimento a júri e outros serviços obrigatórios por lei.

Parágrafo único. As diárias sofrerão desconto correspondente ao auxílio-transporte a que fizer jus o servidor, exceto aquelas eventualmente pagas em finais de semana e feriados.

Art. 11. Será descontado, após a conclusão do processo de frequência mensal, o auxílio-transporte dos dias úteis **não trabalhados, relativos a ausências e afastamentos do servidor, nos termos do art. 10.**

(...)

3. CONCLUSÃO

16. Do exposto, considerando que o marco normativo pertinente ao auxílio-transporte define que seu fato gerador é o efetivo deslocamento físico do servidor até o local de trabalho, por um dos meios de transporte previsto no art. 1º da mP nº 2.165-36/2001, entende-se que a verba indenizatória em questão não é devida nos dias de gozo da dispensa ou da chamada folga eleitoral, prevista no art. 98 da Lei 9.507/1997.

17. Sugere-se, por fim, o retorno dos autos à Diretoria de Benefícios, Previdência e Atenção à Saúde, para ciência e providências acaso cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 25 de junho de 2025.

LEYLA ANDRADE VERAS
ADVOGADA DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 90849005518202517 e da chave de acesso 9d20c2c3

Notas:

1. INDEXAÇÃO: *AUXÍLIO-TRANSPORTE. FOLGA DECORRENTE DE SERVIÇO ELEITORAL. PAGAMENTO INDEVIDO.*



Documento assinado eletronicamente por LEYLA ANDRADE VERAS, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 2680792358 e chave de acesso c681cf33 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LEYLA ANDRADE VERAS, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 30-06-2025 06:40. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO: K - 5º ANDAR - SALA 579 - CEP: 70040-906 - BRASÍLIA - DF

DESPACHO n. 02763/2025/CONJUR-MGI/CGU/AGU

NUP: 10199.015895/2024-46

INTERESSADOS: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - TRE

ASSUNTOS: AUXÍLIO-TRANSPORTE

1. Aprovo, pelos seus jurídicos fundamentos, o PARECER 00597/2025/CONJUR-MGI/CGU/AGU, da lavra da Advogada da União Leyla Andrade Veras.
2. Submeto à consideração superior do Consultor Jurídico Adjunto do MGI.

Brasília, 30 de junho de 2025.

EDSON VIEIRA SOARES
Advogado da União
Coordenador-Geral Jurídico de Legislação de Pessoal

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 10199015895202446 e da chave de acesso c681cf33



Documento assinado eletronicamente por EDSON VIEIRA SOARES, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 2687316519 e chave de acesso c681cf33 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): EDSON VIEIRA SOARES, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 30-06-2025 09:53. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO: K - 5º ANDAR - SALA 579 - CEP: 70040-906 - BRASÍLIA - DF

DESPACHO n. 02778/2025/CONJUR-MGI/CGU/AGU

NUP: 10199.015895/2024-46

INTERESSADOS: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - TRE

ASSUNTOS: AUXÍLIO-TRANSPORTE

Aprovo, nos termos do DESPACHO n. 02763/2025/CONJUR-MGI/CGU/AGU, o PARECER 00597/2025/CONJUR-MGI/CGU/AGU.

À SRT.

Brasília, 30 de junho de 2025.

CARLOS HENRIQUE COSTA LEITE
Advogado da União
Consultor Jurídico Adjunto - CONJUR/MGI

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 10199015895202446 e da chave de acesso c681cf33



Documento assinado eletronicamente por CARLOS HENRIQUE COSTA LEITE, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 2687909962 e chave de acesso c681cf33 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CARLOS HENRIQUE COSTA LEITE, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 30-06-2025 16:14. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.